



DESDE 1988
AO LADO DOS
TRABALHADORES

CNE cobra solução
para planos de saúde
e odontológico
Página 2



Caravana da Intercel é
encerrada com sucesso
em todo o estado
Página 3



PEC 32

Atenção: PEC da reforma administrativa é mais um 'lobo em pele de cordeiro'

PROMESSA DE REDUZIR GASTOS DO SERVIÇO PÚBLICO É UMA EMBALAGEM BONITA PARA, NA VERDADE, RETIRAR DIREITOS CONQUISTADOS AO LONGO DE MUITOS ANOS E COM MUITA LUTA



Arte: Reprodução Sindisan Sergipe

De tempos em tempos, surgem no Brasil reformas e novas leis com promessas de beneficiarem o povo e a classe trabalhadora. Regra geral, essas promessas são apenas uma embalagem bonita escondendo o verdadeiro desejo das elites dominantes de retirarem direitos da população. Foi assim com a reforma trabalhista, durante a gestão de Michel Temer (MDB) ou com a reforma da previdência, durante o mandato de Jair Bolsonaro (PL) como presidente. Trabalhadores perderam uma série de direitos e terão que trabalhar muito mais tempo para poderem se aposentar. No meio sindical, é comum usar a expressão “**desmonte**” da previdência ou “**desmonte**” das leis trabalhistas, em vez de “reformas”, já que o termo “reformas” dá a falsa impressão de algo melhor, evoluído, quando, em verdade, as propostas pretendem tão somente precarizar e retirar direitos.

Mais uma tentativa de desmonte está no radar do Congresso Nacional: a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, chamada de “reforma administrativa”, enviada ao Congresso pelo Executivo ainda durante a gestão Jair Bolsonaro, pretende alterar disposições sobre servidores, empregados públicos e a organização administrativa. Ou seja, **se aprovada, pode atingir trabalhadores dos Correios, da Casan ou da Celesc**, por exemplo, além de todo o funcionalismo público. Desde já, fica mais um alerta aos

celesquianos para que escolham bem seus representantes em Brasília na hora do voto. Uma escolha mal feita na urna pode significar a retirada de seus próprios direitos dentro de alguns anos.

Mas, afinal, o que é a PEC 32?

A PEC 32 é vendida para a população como um projeto que busca modernizar a gestão pública, aumentar a eficiência dos serviços oferecidos à população e criar uma nova cultura de desempenho no setor público. Até o início do recesso no Congresso Nacional, um Grupo de Trabalho (GT) debatia o assunto de reforma restrita, sem grande abertura de diálogo com representantes da classe trabalhadora, mas dando bastante atenção aos anseios da classe empresarial.

Entre os pontos de preocupação de entidades sindicais, estão a precarização dos serviços - já que facilita a ampliação de contratos temporários, permite a quebra da estabilidade (ou garantia de emprego), facilitando perseguições políticas no ambiente de trabalho - e a pretensão de adotar bônus vinculados à meritocracia, o que também é preocupante e pode beneficiar apadrinhados políticos. Por fim, também criticam a **ausência de medidas para combater os chamados “supersalários”** - aqueles que ultrapassam o teto constitucional.

Além disso, a PEC também pretende extinguir direitos hoje existentes, como adicional por tempo de serviço, licença-prêmio, incorporação de gratificações ou promoções automáticas por tempo de serviço.

De acordo com a dirigente do Sinergia Caroline Borba, a PEC é mais uma tentativa de ludibriar a população. Ela lembra das promessas da reforma trabalhista: “a reforma trabalhista prometia modernização, mas entregou precarização à classe trabalhadora. Antes, era necessária a rescisão do contrato de trabalho com homologação do sindicato conferindo os direitos. Após a ‘reforma’, o trabalhador pode assinar sozinho a homologação e corre o risco de perder direitos, só para citar um exemplo”. E compara com a proposta da reforma administrativa: “essa nova reforma igualmente é vendida para a população com a promessa de reduzir gastos públicos, mas não encara itens importantes, como

os supersalários. Ela pretende, sim, tirar cada vez mais força da estabilidade dos servidores e empregados públicos para favorecer apadrinhamentos políticos na administração pública”.

A Presidenta da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de Santa Catarina, Anna Júlia Rodrigues, também considera a situação preocupante: “A CUT-SC é contrária à Reforma Administrativa porque, apesar da mudança no discurso, a proposta continua representando riscos graves aos direitos dos servidores e à qualidade do serviço público. A criação de uma Lei de Responsabilidade e Resultados, com avaliação individual de desempenho e demissão por ‘baixa performance’, pode se tornar um instrumento de perseguição e desmonte das carreiras, sobretudo sem critérios claros e justos”. Anna Júlia também lembra que, “além disso, a possibilidade de ampliar contratações via CLT escancara a porta para a precarização e a terceirização. Não aceitaremos que os servidores ou empregados públicos sejam responsabilizados pelos problemas estruturais do Estado enquanto o alto escalão do serviço público segue intocado. Defendemos uma reforma que valorize o funcionalismo, fortaleça os serviços públicos e enfrente os verdadeiros privilégios”.

Para Mauri Bezerra, vice-Presidente da CNTSS/CUT e diretor executivo do SindSaúde-SP, há que se ter cuidado, pois, **“embora o discurso de quem defende a Reforma seja de que os atuais servidores não serão afetados, sabe-se da real intenção por parte da legislatura atual em aplicar imediatamente os dispositivos da PEC após sua aprovação, causando impactos sobre as carreiras, condições de trabalho e estabilidade dos servidores em exercício”**. Ele também lembra que a PEC, se aprovada, facilita terceirizações e parcerias da administração pública com o setor privado: “A proposta abre espaço para que serviços públicos sejam compartilhados com empresas privadas, inclusive com uso de pessoal e estrutura pública. Aqui em São Paulo, o governo Tarcísio abriu as portas da privatização, agora, imaginem como será sem que haja restrições.

A previsão é de que o texto final da “reforma” administrativa seja apresentado na Câmara em agosto, após o fim do recesso parlamentar. É importante que a categoria fique atenta e se aproprie das informações sobre o tema.

Audiência na Câmara da Capital escancara tentativa de privatizar saneamento e reforça apoio à CASAN pública

Casanianos e Celesquianos precisam permanecer unidos em defesa das empresas públicas e da qualidade dos serviços no estado

Na terça-feira, dia 15, a Câmara de Vereadores de Florianópolis realizou audiência pública proposta pelos vereadores Rafinha (PSD), Adrianinho (Republicanos) e Manu Vieira (PL), sob pretexto de discutir a Política Municipal de Saneamento. Ocorre que, na prática, a atividade teve como pano de fundo o objetivo de desqualificar a Casan e abrir caminho para sua privatização, por meio de dois projetos em tramitação: o PL 19.585/2025 e a Emenda à Lei Orgânica 00111/2025, que visa acabar com a proibição da privatização na cidade, em vigor desde 2006.

De acordo com o Sintaema, sindicato que representa a categoria em Santa Catarina, "o que os proponentes não esperavam era a grande mobilização dos trabalhadores da Casan, que lotaram o plenário e a defesa enfática da empre-

sa por parte da maioria dos vereadores presentes. Os três vereadores ficaram isolados em sua iniciativa".

O presidente da Casan, Edson Moritz, desmontou o discurso privatista ao apresentar dados que mostram a superioridade da empresa pública nos índices de saneamento em Santa Catarina. Reafirmou o apoio do governador Jorginho Mello à manutenção da Casan pública e criticou a campanha da grande imprensa para deslegitimar a companhia.

O representante dos empregados no Conselho da Casan, Haneron Victor Marcos, questionou a ausência de especialistas do setor público: "Trouxeram especialistas entre aspas em saneamento. Eu, que estou há 20 anos no setor, não conhecia, mas sabemos que são presenças frequentes em eventos que defendem a PRIVATIZAÇÃO da Casan", denun-

ciou.

O diretor Comercial da empresa, Leonardo Lacerda, reforçou a capacidade da companhia em entregar um serviço de qualidade à população e alertou para a articulação entre os dois projetos na Câmara e outro que tramita na Assembleia Legislativa (PL 231/2025), que **ameaçam o saneamento público em todo o estado**: "Querem revogar o dispositivo que exige plebiscito popular para decidir sobre a concessão do saneamento, retirando da população o direito de decidir sobre esse serviço essencial".

A Presidenta da Federação Interestadual dos Urbanitários do Sul (FESUL) e dirigente do Sinergia, Cecy Marimon, participou do ato representando a categoria elétrica de Santa Catarina.

CNE cobra soluções a problemas nos planos de saúde e odontológico

Reunião com a empresa foi realizada na sexta-feira, 18 de julho

A Comissão de Saúde do Coletivo Nacional dos Eletricistas (CNE) reuniu-se com representantes da direção da Eletrobras no dia 18 de julho passado, para tratar dos problemas dos planos de saúde e odontológico.

A expectativa da Comissão era obter a resposta da empresa para a correspondência encaminhada ainda em janeiro, sobre problemas que até agora não foram resolvidos. Dentre estes problemas, tratou-se da demora e da dificuldade na autorização para procedimentos, as dificuldades para obter reembolso de medicamentos, falta de rede credenciada e, no plano odontológico, a absoluta precarização ocorrida após a entrega do atendimento odontológico para a Bradesco Dental.

Foram relatadas pelo CNE as persistentes dificulda-

des envolvendo os planos. A principal constatação é de mau atendimento odontológico pelo plano Bradesco Saúde, oferecido pela Eletrobras a todas pessoas que trabalham na empresa e seus familiares. Casos como dificuldade de atendimento, não aceitação de procedimentos radiológicos e outros procedimentos e exames, são diariamente relatados pelas pessoas que têm necessitado o uso do plano.

A respeito do plano de saúde, as queixas são de que em locais de difícil acesso, não há atendimento ou o atendimento é precário. Várias pessoas desistiram de utilizar o plano. O CNE solicitou - mais uma vez - que a Eletrobras responda às correspondências enviadas e que retorne com o plano de autogestão.

Preta Gil deixa legado de luta contra as diversas formas de preconceitos

A cantora, atriz e produtora cultural Preta Gil faleceu aos 50 anos no último domingo, dia 20, em função de um câncer no intestino. Ativista dos direitos humanos, ela sempre usou sua visibilidade para combater a LGBTfobia, a gordofobia, o racismo e o machismo.

Em 2011, a artista, filha de Gilberto Gil e Sandra Gadelha, foi até o Congresso Nacional e cobrou de parlamentares o reconhecimento do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Além disso, escancarou nos meios de comunicação diversos ataques que recebeu por ser gorda, mulher e negra: "Me chamando de macaca, que eu tinha que voltar pra senzala. Coisas absurdas que me chocaram. Nunca foi tão grave, nunca foi assim, organizado, um monte de uma vez

só, de uma maneira tão agressiva", afirmou em entrevista em 2018.

As milhares de mensagens deixadas nas redes sociais da artista provam que ela parte deixando um legado não apenas às artes, mas também na defesa dos direitos humanos.



Foto: Reprodução Instagram @pretagil



FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES

Banco de horas CGT Eletrosul

Após quase três meses de intensa negociação, a Eletrobras, reunida com o Coletivo Nacional dos Eletricistas (CNE), apresentou nessa terça-feira, dia 22, uma proposta chamada de "proposta final" pela empresa. As entidades sindicais estão avaliando a proposta, a fim de apresentá-la em assembleia, caso seja considerada aceitável. O Acordo de Banco de Horas atual está prorrogado até o dia 31 de julho.

Eletrobras: Confirmada a data do adiantamento da primeira parcela do 13º Salário

Mais uma vez o CNE solicitou o adiantamento da primeira parcela do décimo terceiro salário, conforme prevê cláusula do Acordo Coletivo Nacional. A Eletrobras, em reunião realizada com o CNE, informou que a primeira parcela será paga em 25 de julho para as pessoas trabalhadoras que não receberam ainda esse adiantamento junto com as férias.

Cerej: Acordo Coletivo 2025/2026 é assinado

O Sinergia comunica que recebeu nessa semana o Acordo Coletivo 2025/2026 dos empregados da Cerej assinado pela empresa. De acordo com o dirigente sindical Carlos Alberto de Souza, "essa foi uma negociação de alto nível, onde conseguimos, após muito diálogo e com argumento do crescimento da empresa, baseado nos números dos balanços financeiros, um avanço com as pautas da categoria. Destacamos, ainda, que a principal fonte de recursos do sindicato para manter sua estrutura funcionando, é a contribuição voluntária da categoria. Por isso, reforçamos o pedido para que se sindicalizem ao Sinergia".

Celesc: Falta de materiais de segurança preocupa a categoria

Durante a Caravana da Intercel, na semana passada, os sindicatos receberam reclamações de falta de materiais de segurança em diversas Agências Regionais: "desde maio estamos solicitando. Já cobramos dos gerentes, afirmaram que fariam uma compra emergencial, mas não ocorreu ainda. Não tem botina, luvas BT e AT, entre outros materiais", afirmou um trabalhador. De outra Agência, outro trabalhador trouxe o mesmo lamento: "Estoque zerado de vara de manobra, botas, botinas, luvas de BT e MT! Como dizem aqui, é para acabar com o cheque do leite!" A Intercel está solicitando informações à área responsável e cobrará a resolução do problema em reunião nos próximos dias. **É inadmissível que esse tipo de situação ocorra na empresa!**

Caravana da Intercel encerra com quase 50 postos de trabalho visitados em todo o estado

Concentrações foram realizadas entre os dias 14 e 18 de julho, nas 16 Agências Regionais e também na Administração Central



Os sindicatos da Intercel encerraram na semana passada a Caravana da Intercel, que visitou quase 50 postos de trabalho da Celesc em todo o estado, entre sedes de Regionais, lojas e escritórios: Itajaí, Florianópolis (Administração Central e ARFLO), Joaçaba, São Miguel do Oeste, Joinville, Navegantes, Jaraguá do Sul, Pinhalzinho, Capinzal, Campos Novos, Balneário Piçarras, Tijucas, Alfredo Wagner, Mafra,

Blumenau, Criciúma, Brusque, Quilombo, Chapecó, Videira, Sombrio, Araranguá, Canoinhas, Seara, Fraiburgo, Timbó, Rio do Sul, Taió, Ituporanga, Itá, Concórdia, Tubarão, Lages, São Bento do Sul, Caçador, Ipumirim, Laguna, Curitiba, Ponte Serrada, Imbituba, Faxinal dos Guedes, São Joaquim, Urubici, São José e Palhoça.

A Caravana apresentou à categoria a perspectiva do cená-

rio político-econômico no Brasil, em Santa Catarina e a visão da Intercel sobre como será a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho 2025/2026 na empresa. Os sindicatos também levaram informações sobre a negociação da PLR 2025.

A próxima etapa da campanha de data-base na Celesc será a **Assembleia Estadual, em Concórdia, no dia 2 de agosto**, que teve as inscrições encerradas nessa semana.



TRIBUNA LIVRE | Por Viviani Bleyer Remor, socióloga, trabalhadora aposentada da Celesc e ex-dirigente do Sinergia

PL da Devastação: Uma afronta à Justiça Climática e Social

Em meio à crise ambiental global, onde os efeitos das mudanças climáticas já devastam comunidades vulneráveis e ameaçam o futuro do planeta, o Brasil se vê diante de um projeto de lei que não apenas ignora a emergência ecológica, mas também ataca diretamente os direitos dos povos tradicionais e a luta por justiça climática. Conhecida como a PL da Devastação, essa proposta representa um retrocesso sem precedentes, beneficiando interesses do agronegócio e da mineração em detrimento da floresta, da biodiversidade e das

populações que dependem dela.

A justiça climática não se resume à redução de emissões de carbono; ela exige o reconhecimento de que os mais afetados pela crise ambiental são justamente aqueles que menos contribuíram para ela: indígenas, quilombolas, ribeirinhos e pequenos agricultores. A PL da Devastação, no entanto, acelera o desmatamento, flexibiliza licenças ambientais e enfraquece a proteção de territórios ancestrais, aprofundando desigualdades sociais e condenando essas populações a um ciclo de

violência e expropriação.

Além disso, o projeto é uma afronta aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como o Acordo de Paris, e desrespeita a Constituição Federal, que garante o direito a um meio ambiente equilibrado. Enquanto o mundo avança em direção a uma transição ecológica justa, o Congresso brasileiro insiste em legislar a favor da destruição, ignorando o clamor da ciência e dos movimentos sociais.

A luta contra a PL da Devastação não é apenas ambiental – é uma luta por de-

mocracia e dignidade. É a resistência de quem defende que um outro modelo de desenvolvimento é possível: um que valorize a vida, a soberania alimentar e os saberes dos povos da floresta. Se sancionada, essa lei será um ato de violência contra o presente e o futuro do país. Cabe a todos nós, organizações, ativistas e cidadãos conscientes, resistir e exigir que a justiça climática e social prevaleça sobre os interesses de uma minoria predatória.

A floresta em pé vale mais. E a luta continua!

Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha

Data marca momento de homenagem, conscientização e resistência

Com muita luta da Rede de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu a data de 25 de julho como o Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha. Foi decidido no primeiro Encontro da Rede, em 1992, na cidade de Santo Domingo, na República Dominicana.

Dentre os motivos para a data, destaca-se a homenagem pela resistência dessas mulheres, que historicamente são alvo de violências particulares devido à sua origem, raça e gênero. Além da lembrança de um símbolo dessa luta: a Rainha Tereza, líder de um grande quilombo chamado Quariterê, no Vale do Guaporé (MT), em meados do século XVIII.

Tereza obteve destaque pela maneira 'democrática' de coordenar o quilombo, que possuía indígenas e ex-escravizados dentre seus habitantes. Fruto de sua ótima gestão, foi nomeada pelos habitantes de "Rainha Tereza de Benguela". Dentre seus feitos, estão: navegar pelos densos rios do pantanal com barcos imponentes, ter um estratégico espaço de difícil acesso para construir o Quariterê, cultivar diversos tipos de alimentos, e gerenciar a estrutura política do lugar, assim resistiram por mais de duas décadas contra os ataques dos brancos.

Não há evidências concretas sobre a versão correta da morte de Tereza. Uma delas é a de que cometeu suicídio, outra diz ter sido capturada por bandeirantes, e a terceira re-

lata que a Rainha foi decapitada com a cabeça exposta no centro do quilombo. No Brasil, o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra foi instituído como lei em 2014.

A América Latina e o Caribe surgem na data devido aos índices de violência contra mulheres negras serem os mais elevados do mundo, segundo o relatório da ONU "Do compromisso à ação: políticas para erradicar a violência contra as mulheres na América Latina e no Caribe". Já no Atlas da violência, demonstrou a realidade brasileira onde 2.662 mulheres negras foram vítimas de homicídio em 2023, o que representa 68,2% do total de homicídios femininos. As formas de agressão afetam este grupo de mulheres fisicamente, psicologicamente, socialmente e financeiramente de modo particular.

Com a oficialização da data, 25 de julho tornou-se um marco de visibilidade e mobilização, reafirmando a luta das mulheres negras contra o racismo estrutural, o sexismo e a desigualdade social. A memória de Tereza de Benguela soma-se à pauta contemporânea de combate à violência, que ainda atinge desproporcionalmente as mulheres negras na América Latina e no Caribe.

O 25 de julho é, portanto, um dia de reflexão e luta, que relembra as conquistas históricas, mas também expõe os desafios ainda presentes para garantir dignidade, direitos e justiça às mulheres negras, latino-americanas e caribenhas.

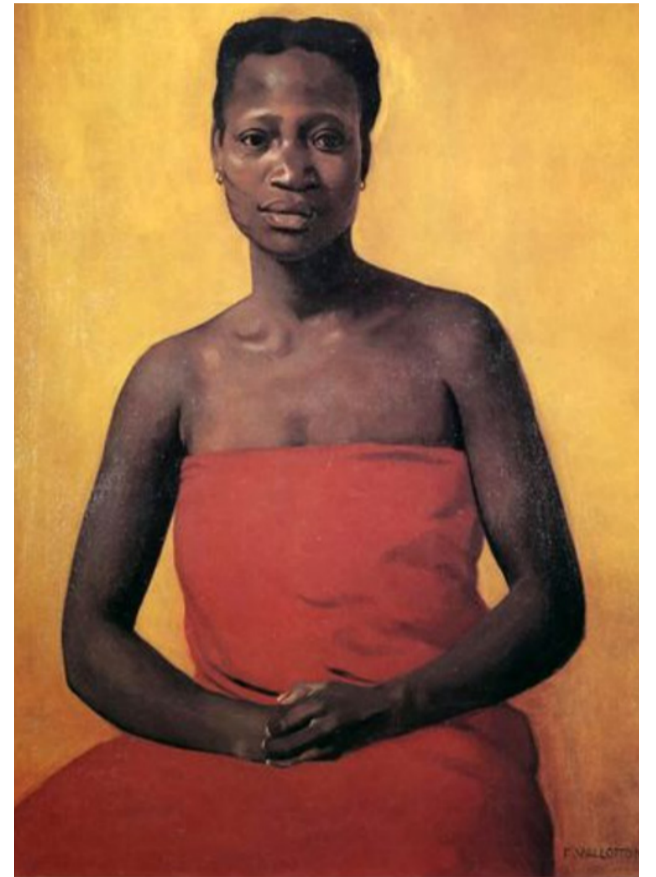


Foto: Divulgação Fundação Palmares

NELSON MANDELA

O Dia Internacional de Nelson Mandela

Em 18 de julho de 1918 nascia o maior líder político da África do Sul

"Ninguém nasce odiando o outro pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar"

- Nelson Mandela.

Ilustração: Freepik



titucionalizada: pessoas pretas não poderiam frequentar os mesmos espaços do que pessoas brancas - a não ser que fosse para servi-los. Mesmo com a extrema dificuldade em acessar espaços como o de educação, Mandela ingressou no curso de Direito na Universidade de Fort Hare, mas foi expulso por participar de protestos contra as políticas da universidade. Posteriormente, ele continuou seus estudos na Universidade de Witwatersrand, onde se formou e começou a se envolver profundamente em atividades políticas. Nelson Mandela ingressou no Congresso Nacional Africano (CNA) em 1944, iniciando uma trajetória política marcada pela luta contra o apartheid na África do Sul.

Inicialmente pacífica, a resistência ganhou contornos armados com a criação da Umkhonto we Sizwe ("A Lança da Nação"), braço militar do CNA fundado por Mandela e outros líderes, frente ao endurecimento do regime racista nos anos 1950 e 1960.

Preso em 1962 e condenado à prisão perpétua por atividades consideradas subversivas, Mandela passou 27 anos encarcerado, a maior parte deles na prisão de Robben

Island. Durante esse período, tornou-se símbolo global da resistência contra o apartheid, mobilizando campanhas internacionais que pressionaram o regime sul-africano. Sua libertação, em 1990, foi resultado de intensas negociações e da pressão popular. Em 1994, tornou-se o primeiro presidente negro do país, liderando a transição para uma democracia multirracial. À frente do governo, destacou-se pela criação da Comissão Verdade e Reconciliação e pela reescrita da Constituição, priorizando a reconciliação nacional.

Após deixar a presidência, em 1999, Mandela manteve seu ativismo por meio da Fundação Nelson Mandela, atuando em defesa dos direitos humanos, no combate ao HIV/AIDS e na mediação de conflitos internacionais. Reconhecido mundialmente por seu legado, foi laureado com o Prêmio Nobel da Paz em 1993. Em 2010, a ONU instituiu o 18 de julho, data de seu nascimento, como o Dia Internacional Nelson Mandela. Faleceu em 2013, aos 95 anos, consolidado como uma das maiores lideranças morais da história contemporânea.

Com informações: gov.br.